



# Anais da Assembléia

N.º 143

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA  
(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)  
ATA DA 134.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 1983.  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do senhor deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos senhores deputados Anibal Khury e Acir Mezzadri.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Antônio Belinati, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Antonio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede a Leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

## TELEX:

Do senhor JAIME BONETI - presidente da Câmara Municipal de Loanda, profundamente consternado com a irreparável perda do ilustre senhor deputado GABRIEL SAMPAIO. Ao conhecimento da Casa.

Do senhor PASCOAL SORIANI, líder do Partido Democrático Social - PDS, encaminhando sinceros pesames pelo passamento prematuro do senhor deputado GABRIEL SAMPAIO. Ao conhecimento da Casa.

Da senhora ELVIRA GUIDOLIN ABRANTES - presidente da Câmara Municipal de Loure

çu, a qual apresenta a este Legislativo condolências pelo falecimento do ilustre parlamentar deputado GABRIEL SAMPAIO. Ao conhecimento da Casa.

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 254/83, que trata do aumento do funcionalismo público do estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13/12/83.

(a) NILSO SGUAREZI.

### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, envio de expediente à COOPAVEL - Cooperativa Agro Pecuária Cascavel Ltda., um voto de regozijo pela passagem do 13.º aniversário da mesma, pede ainda que seja enviada cópia a toda a diretoria, sita à BR 277 Km 596 - Caixa Postal 500 - Cascavel.

Sala das Sessões, em 13/12/83.

(a) EDGARD PIMENTEL

## JUSTIFICATIVA:

Nos seus 13 anos de existência a COOPAVEL tem se destacado como organismo eficaz e posto ao alcance dos verdadeiros anseios dos seus associados.

Instrumento vivo, na permanente luta em benefício da agricultura paranaense. É inegável a imensa contribuição dada pela COOPAVEL, ao Paraná e ao Brasil, com seu operoso quadro associativo, composto de cerca de 9.000 membros, consagrando esforços e muito trabalho na produção agro-pecuária em solos paranaenses e catarinense.

### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de congratulações ao excelentíssimo senhor Delso José Trentin, prefeito municipal de Corbélia, e ao excelentíssimo senhor Hilário Seidel, presidente da Câmara Municipal de Vereadores, pelo transcurso do vigésimo segundo aniversário de emancipação político-administrativa do município de Corbélia.

Sala das Sessões, em 13/12/83.

(a) SÉRGIO SPADA.

O transcurso do 22.º aniversário de emancipação político-administrativa do município de Corbélia, no último dia 8 de dezembro, tem profundo significado na história do Oeste do Paraná.

Cercada da descrição que sempre caracterizou a vida de seus habitantes, esta representa não apenas o aniversário formal de mais de um município e sim o marco político que um punhado de homens e mulheres abnegados souberam edificar.

É importante destacar, nestê instante, o vigor oposicionista da gente corbeliense, que desde 1974 tem sufrado as lideranças do PMDB e de seu precursor, o MDB.

Se em 1976, a máquina da violência e corrupção do regime conseguia manter a totalidade dos municípios oestinos sob seu controle, é de impressionar a determinação dos munícipes ao imporem dura derrota aos governistas, quebrando uma estrutura de cartórios, latifúndios e outros aparelhos de coação ali instalados há anos.

Esta postura política abriu espaço para o desenvolvimento de uma proposta administrativa e partidária de conteúdo fortemente progressista e independente. Um trabalho que levou ao afastamento definitivo do controle da máquina municipal dos principais responsáveis pelo atraso do município. Posição popular que se repetiu nas eleições de 1978 e 1982, numa confirmação de coerência e maturidade política.

E entre um processo eleitoral e outro, cumpre verificar que ali se desenvolve uma luta incansável pela autonomia dos municípios, levando o seu atual prefeito, companheiro Delso José Trentin, a galgar o honroso posto de presidente da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, assumindo a direção oestina na guerra pela reforma tributária e fiscal.

Ademais, observa-se neste valoroso município oestino o espírito de progresso, justiça e liberdade, que faz dessa terra um bastão da luta democrática nacional pelo retorno do Estado de Direito. Finalmente, é sumamente honroso para esta Casa congratular-se com os dirigentes políticos do município de Corbélia e concordar que a emancipação político-administrativa se faz de atos concretos e audaciosos de homens e mulheres que verdadeiramente se colocam ao lado dos mais legítimos interesses do povo do Brasil. Parabéns!

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente em que solicita à excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, informações sobre as propostas de reestruturação da Escola de Música e Belas Artes do Paraná e da Faculdade de Educação Musical do Paraná sobre a autorização e reconhe-

cimento do Curso de Artes e Ciências do Teatro Guaíra, sobre a padronização das carteiras de Identidade Estudantil dos alunos de 1.º e 2.º grau, sobre a taxa de contribuição comunitária das instituições de 1.º e 2.º grau, sobre a participação da comunidade na elaboração do orçamento da pasta respectiva para o ano de 1985, sobre a questão dos encargos educacionais nas instituições de 3.º grau, sobre programas de alfabetização de adultos e sobre a es-tadualização das faculdades do Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 13/12/83.

(a) SÉRGIO SPADA.

#### JUSTIFICATIVA:

Os governos democráticos diferenciam-se dos governos autoritários pelo tratamento que conferem às preocupações e reivindicações da comunidade que dirigem. E considerando os compromissos firmados pelo governo Richa e por nosso partido na recente memorável jornada eleitoral, é compreensível que de parte da sociedade civil surjam inúmeras indagações sobre quais os destinos que serão imprimidos pela administração pública estadual.

Neste sentido, tomamos a iniciativa de dirigirmo-nos à Secretaria de Estado da Educação, através de sua eminente titular professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando a prestação das informações que seguem:

1.ª) Qual a posição do governo do Estado do Paraná sobre a proposta de fusão da EMBAP com a FEMP, seguida da transformação dessa nova instituição em Fundação? Que outras propostas foram gestadas no interior do governo, já que a Fusão-Fundação é de autoria do governo anterior, a partir de debate com a comunidade? Para quando pretende a definição global sobre o problema da reestruturação da EMBAP?

2.ª) Qual a razão da sustação do convênio que permite a utilização das instalações do Teatro Guaíra para o funcionamento do Curso de Artes Cênicas? Qual a base legal do pedido de sustação do parecer emitido pelo Conselho Estadual de Educação que autoriza a implantação do curso de Bacharelado em Artes Cênicas? Quais as medidas governamentais tomadas com vistas a profissionalização dos estudantes do CPT? Qual o roteiro de providências proposto pela SEED e seus departamentos para a regularização do referido curso?

3.ª) Qual a posição do governo com relação à reinvidicação da União Paranaense dos Estudantes de 1.º e 2.º Grau (UPES) de padronização das carteiras de Identidade Estudantil com o timbre da UPES frente a difícil situação financeira vivida pela entidade de representação secundarista e a impossibilidade de esta Casa aprovar projeto de lei regulando esta questão, de autoria do nobre deputado Rubens Bueno, não seria conveniente de parte do Executivo Estadual promover esta padronização?

4.) Qual a arrecadação propiciada pelas taxas de contribuição comunitária para os cofres do Estado? Quais as medidas já tomadas pelo governo no sentido de isentar mais famílias do pagamento do ensino? Se há perspectivas de extinguir estas taxas, quando isto se processará?

5.) A SEED teria condições de elaborar uma proposta política que permita uma efetiva participação da comunidade organizada na elaboração de seu orçamento para o exercício de 1985? Como esta proposta se vincularia à democratização da elaboração orçamentária do conjunto do orçamento do Estado?

6.) Como o governo do Estado entende a questão dos encargos educacionais nas instituições de 3.º grau? Se por princípio programático o PMDB defende a publicidade e a gratuidade do ensino, como materializar isto nas instituições de 3.º grau sob nossa responsabilidade? Por que a timidez em assumir definitivamente estes encargos, quando se considera a ínfima parte que as anuidades dos estudantes representam em relação ao conjunto dos orçamentos das instituições de ensino superior?

7.) Qual a discussão e quais os programas existentes na SEED para a alfabetização de adultos?

8.) Qual a posição do governo do Estado em relação à reinvidicação da comunidade oeste de uma universidade do oeste, financiada pelo Estado ou pela União? Como explicar que seja o oeste a única Região do Estado onde o Governo Estadual não aplique recursos na manutenção do 3.º grau? Como corresponder a esta reinvidicação, se é praticamente certo que o governo Federal não assumirá esta sua responsabilidade?

Com este pedido de informações, cremos estar dando importante passo para a intensificação do debate sobre temas de relevante interesse da comunidade paranaense e desta forma avançando, concretamente, na definição de providências democráticas e corajosas no campo de ensino e da educação popular.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o encaminhamento ao excelentíssimo senhor governador do Estado, do seguinte pedido de informações:

a) Em que consiste o plano de ajuda do governo do Estado do Paraná, a municípios catarinenses administrados por prefeitos do PMDB?

b) Qual o valor previsto a cada um dos municípios catarinenses e quais são estes beneficiados?

c) Sob qual a rubrica orçamentária corre a despesa?

Sala das Sessões, em 13/12/83.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

A imprensa nacional, vem publicando com destaque notícias segundo a qual o governador José Richa "está lançando um plano de ajuda financeira aos prefeitos oposicionistas de Santa Catarina" (veja 07/12/83).

A ser verdadeira a informação teríamos o governo do Paraná tentando administrar uma nova pessoa de direito público, uma espécie de entidade bi-estadual... não que os municípios catarinenses, com a invejável administração estadual que estão servidos, estejam em situação tão privilegiada a ponto de dispensarem quaisquer auxílio, venha de onde vier.

É sabido, porém, que no território paranaense existem inúmeros municípios necessitados de ajuda, sem ter recebido a devida atenção por parte do atual governo do Paraná.

Além do mais, descabível e totalmente incongruente seria destinar recursos, de impostos pagos pelo povo paranaense, por mais que prezamos os irmãos do vizinho estado, sob a desculpa esfarrapada de os patrícios de lá estarem sendo discriminados pelo governador Espiridião Amin.

Objetiva, pois o requerimento a resposta urgente àquelas indagações relacionadas com o comentado nos meios de comunicação.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que se envie TELEX ao excelentíssimo senhor CORDEIRO GUERRA, digníssimo ministro presidente do Supremo Tribunal Federal e demais ministros daquela Corte, solicitando que submetam a julgamento ainda este ano, o Recurso Ordinário oriundo deste Estado impetrado em favor de Juvêncio Mazarollo.

Sala das Sessões, em 13/12/83.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

Feita em Plenário.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao senhor presidente ao Banco do Estado do Paraná S/A., através do secretário de Estado das Finanças, senhor Erasmo Garanhão, sugerindo que se realize estudos urgentes com vistas a estender das 9:00 às 17:00 horas, o horário do expediente externo daquele estabelecimento oficial de crédito, sem prejuízo da jornada normal de trabalho dos funcionários.

Sala das Sessões, em 13/12/83.

(a) ACIR MEZZADRI.

JUSTIFICATIVA:

Não obstante ser matéria da competência do Banco Central, embora haja juris-

prudência em contrário do TSF, há condições de se adequar o horário com àquele que de fato venha de encontro aos interesses dos clientes do Banco.

É sabido que os agropecuaristas, notadamente os pequenos produtores, têm por hábito e costume dirigir-se aos estabelecimentos de crédito no horário matutino.

Como os concorrentes estão abrindo suas portas mais cedo, muitos deles deixam de realizar suas transações comerciais rurais com o Banestado, pois ninguém mais está disposto a aguardar, perdendo precioso tempo, até que o Banco comece o seu atendimento às 10:00 horas.

É muito tarde, convenhamos.

Deve-se acrescentar ainda, que os comerciantes, os industriais e quem exerce atividades autônomas, bem como o público em geral, também estão exigindo mudança de horário atualmente em vigor.

Dessa forma, pode-se afirmar que a medida ora sugerida receberá a acolhida e o apoio incondicional da comunidade, desde que seja respeitada a jornada normal de trabalho dos funcionários.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário seja encaminhado expediente a senhora professora LILIAN ANNA WACHOWICZ, solicitando seja feita doações de alguns móveis necessários para o desenvolvimento das atividades da FETAP - Fundação de Ensino Técnico de Apucarana, através da Secretaria de Educação, tais como 25 (vinte e cinco) carteiras, 01 (uma) mesa, 01 (uma) escrivaninha e 01 (um) quadro-negro com os quais poderão adequar as instalações daquela entidade.

Sala das Sessões, em 13/12/83.

(a) JORGE MAIA FILHO.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Cultura e Esporte, solicitando a construção de uma quadra de esportes na localidade de Santa Bárbara do Ivaí, no município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 13/12/83.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

A importância da prática desportiva para o desenvolvimento físico e social de nossa população é indiscutível.

Em que pese a contribuição econômica do referido distrito para o estado, não se acha servido por quadra de esportes.

Em sua construção, está a resposta para a necessidade de melhoria da qualidade de vida da população. Isso, por si apenas, justifica o nosso pedido, que vem de en-

contro aos anseios daquela comunidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao senhor doutor HORÁCIO RACCANELLO FILHO, DD. secretário da Justiça do Estado, solicitando que seja fornecido relatório dos prejuízos havidos na Prisão Central do Estado e no Presídio do Ahú, por ocasião da rebelião dos detentos.

Sala das Sessões, em 13/12/83.

(a) JORGE MAIA FILHO.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER:

O encaminhamento de expediente ao excelentíssimo senhor governador José Richa, solicitando determinação de estudos que possam regularizar a situação funcional dos jornalistas profissionais ocupantes de cargos, viabilizando maior amparo e outros aspectos à classe.

REQUER, igualmente, o envio do pronunciamento que faz no Pequeno Expediente da sessão plenária desta data, onde são demonstradas as razões e justificativas que possam efetivamente, solucionar a situação da classe dos referidos jornalistas.

Sala das Sessões, em 13/12/83.

(a) ERVIN BONKOSKI.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Cultura e Esporte, Fernando Ghignone, solicitando a construção de uma quadra de esportes no distrito de Alto Porã, localizado no município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 13/12/83.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

A importância da prática desportiva para o desenvolvimento físico e social de nossa população é indiscutível.

Em que pese a contribuição econômica do referido Distrito para o Estado, não se encontra servido por uma quadra de esportes.

Sua construção virá melhorar a qualidade de vida da população, o que por si apenas justifica nosso pedido.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário-

rio de Estado da Cultura e Esporte, Fernando Guignone, solicitando a construção de quadra de esportes no distrito de Arapuã, localizado no município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 13/12/83.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

A importância da prática desportiva para o desenvolvimento físico e social de nossa população é indiscutível.

Em que pese a contribuição econômica do referido distrito para o Estado, não se encontra servido por quadra de esporte.

Sua construção virá melhorar a qualidade de vida da população, o que por si apenas justifica nosso pedido, que vem corresponder aos anseios comunitários.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Administração, objetivando a realização de estudos visando a liberação de recursos de ordem financeira, a ser aplicado na recuperação de diversos prédios públicos localizados na municipalidade de Campo Mourão.

Tendo em vista as chuvas torrenciais que ocorreram em Campo Mourão, no dia 17/09/83, várias instalações foram danificadas, especialmente pelos granizos que caíram, sendo que foram as seguintes as atingidas:

- Sede do Batalhão da Polícia Militar;
- Colégio Estadual João D'Oliveira Gomes;
- Colégio Unidade Pólo - Ensino de 1º grau;
- Grupo Escolar Marechal Cândido Rondon;
- Escola Santa Cruz;

Tal reivindicações prende-se ao fato de que as danificações existentes, por muitas vezes colocam em risco as atividades normais que necessitam se desenvolver.

Neste sentido, espera-se por parte dessa pasta, o pronto atendimento do que ora é exposto, atendendo o relatório elaborado pela EMOPAR-Empresa de Obras Públicas do Paraná dia 21/09/83, sediado em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 13/12/83.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à excelentíssima senhora diretora superintendente da FUNDEPAR-Fundação Educacional do Paraná, através da excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, objeti-

vando a liberação de recursos financeiros para a aquisição de um Micro-ônibus para Fênix.

De iniciativa dos excelentíssimos senhores vereadores: José Gonçalves de Lima, Amilton do Lago Santinho, José Roberto Sales e a excelentíssima senhora vereadora Joaquina de Souza Lopes, integrantes da Câmara Municipal de Fênix, conforme correspondência, estes afirmam que a situação naquele município é bastante difícil em termos de transporte escolar, sendo que são vários os problemas, destacando-se os que residem na zona rural e que, em sua maioria, não concluíram o 1º e 2º grau; são várias as pessoas que se interessam por curso a nível superior existentes em outras cidades, mas não o fazem ou desistem em face ao alto custo de locomoção.

Aquela situação do meio educacional, no que diz respeito ao transporte dos estudantes, é a grande responsável pelas evasões existentes em diversos estabelecimentos.

Pelas razões discorridas, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Educação, medidas que se dirijam no sentido de possibilitar a solução dos problemas ora relatados.

Sala das Sessões, em 13/12/83.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, doutor Nelson Miguel Friedrich, em que solicita providências junto à COPEL no sentido de que seja processada instalação de luz no parque Residencial Morumbi III, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 13/12/83.

(a) SÉRGIO SPADA.

#### JUSTIFICATIVA:

O parque Residência Morumbi III, em Foz do Iguaçu, possui cerca de 100 (cem) casas de trabalhadores sem luz elétrica. Conforme Assembléia da Associação de Bairro do Morumbi III, as dificuldades dos trabalhadores são muito grandes, daí a necessidade de fazer esta instalação a baixo custo.

Considerando que a COPEL já processou levantamento das necessidades da localidade referida, faz-se mister que o nosso governo agilize o máximo possível o atendimento destas famílias trabalhadoras, vindo no cumprimento das diretrizes e do plano de melhora de condições de vida do povo (Ata da Assembléia da Associação anexa).

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais,

**REQUER,** ouvido o Plênarío, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Cultura e Esporte, Fernando Guignone, solicitando a construção de uma quadra de esportes no distrito de Roméopolis, município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 13/12/83.

(a) ORLANDO PESSUTI.

**JUSTIFICATIVA:**

A importância da prática desportiva para o desenvolvimento físico e social de nossa população é indiscutível.

Em que pese a contribuição econômica do referido distrito para o Estado, não se acha servido por quadras de esportes.

Sua construção virá melhorar a qualidade de vida da população, o que por si apenas justifica o nosso pedido, que vem de encontro aos anseios daquela comunidade.

**Projeto de Lei:**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 259/83.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**DECRETA:**

O Art. 51 de lei complementar n.º 2 de 18/06/83, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 51 - O mandato de vereador somente será remunerado nos casos permitidos pela Constituição Federal."

Sala das Sessões, em 13/12/83.

(a) RUBENS BUENO.

**JUSTIFICATIVA:**

Tendo em vista que a Lei Complementar n.º 38 alterou a lei Complementar n.º 25 no seu art. 3.º, permitindo-se, daí em diante que os vereadores indistintamente pudessem receber remuneração e subsídio de acordo com o limite percentual percebido pelos deputados, torna-se justo que a nossa Lei Orgânica dos municípios, Lei Complementar n.º 2 de 18/06/73, se adapte a essas normas legais vigentes, procurando assim melhor orientar a legislação estadual referente ao assunto.

O presente Projeto de Lei Complementar teve sua origem a partir de um debate, realizado entre o radialista Anísio Moraes da Rádio Colméia de Campo Mourão, e o especialista em municipalismo Dorival Gorski, os quais direcionaram seus pontos de vista para a atual proibição, na Lei Orgânica, quanto à percepção de vantagem pelos vereadores, contrariando o disposto tacitamente pela Lei Complementar n.º 38.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Ervin Bonkoski, inscrito.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor presidente, senhores deputados.

O governador José Richa tem dado provas suficientes da sua filosofia administrativa, no sentido de prestigiar e valo-

rizar as classes profissionais, notadamente aquelas que prestam serviço ao governo do Estado.

A concretização desta filosofia ocorre de várias maneiras, desde a simples oferta de trabalho até a de remuneração.

Os desvios vêm sendo corrigidos e o que ainda não está devidamente normalizado, deve-se em parte ao curto espaço de tempo da administração José Richa.

Por isso quero debitar a esta circunstância a ausência de manifestação do governador sobre a situação dos jornalistas que prestam serviços na administração estadual.

Acredito, e certamente os senhores deputados hão de convir comigo, que já está na hora de se pensar na regularização desses profissionais. Não faz muito tempo, o sub-chefe da Casa Civil, jornalista Enio Malheiro, responsável pela Comunicação Social do Governo do Paraná, em reunião aqui na Assembléia Legislativa, ao responder sobre o piso salarial e vencimentos dos jornalistas, consulta esta do interesse do sindicato da classe, disse que o governo não poderia sequer participar da convenção de trabalho, na qualidade do empregador, porque não tem nos quadros da administração o quadro específico de jornalista. Realmente é o que temos visto: jornalistas contratados sob outras denominações com vencimentos completamente defasados e trabalhando sem amparo da Legislação específica.

Apelo, portanto ao senhor governador, para que determine os estudos necessários à regularização funcional dos jornalistas para o bem dos profissionais que se encontram em tal situação.

De minha parte pretendo também desenvolver estudos no sentido de oferecer sugestões que possam contribuir com a iniciativa que o governador venha a tomar.

Senhor presidente, senhores deputados, nós estamos anexando a este pronunciamento um requerimento ao senhor governador e aos companheiros colegas jornalistas desta casa, como também todos os nossos nobres colegas deputados podem observar, até hoje vem-se cometendo uma grande injustiça dentro da administração estadual. Temos muitas qualificações profissionais, mas aquela mais nobre, aquela que informa, aquela que comunica, está ausente dentro deste quadro, e é nesse sentido que nós queremos corrigir a injustiça. E apelamos não só ao senhor governador, mas também ao senhor secretário da Administração, e com o apoio de todos os nobres deputados, como também pedimos o apoio de todos a classe jornalística do Estado do Paraná, para que dentro de um sentido de se sensibilizar, possamos ter definitivamente esta classe ordenada, esta classe prestigiada dentro de um quadro específico de jornalistas na administração do Estado.

Era o que tínhamos a dizer aos senho-



res deputados que estão aqui nesta Casa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao orador inscrito, senhor deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor presidente, senhores deputados.

Estamos nesta tarde estarrecidos pela notícia divulgada pela "Gazeta do Povo" do dia 12 de dezembro de 1983, 2.<sup>a</sup>-feira.

Estarrecidos, senhor presidente e senhores deputados, mesmo nós sendo um deputado que representamos o Norte paranaense, não haveria razões de forma nenhuma, para que não nos preocupasse a nota divulgada pela "Gazeta do Povo".

Digo-o, senhor presidente, senhores deputados, com relação ao Hospital Erasto Gaertner que hoje passa as maiores dificuldades e que através de seu presidente, doutor Luiz Pedro Pizzato, está pedindo SOS para sobrevivência do mesmo. E eu quero nesta tarde, registrar, neste Poder Legislativo, a nossa grande preocupação com a situação em que se encontra esse hospital que tanto tem feito por esta Capital; que tanto tem feito pelo Estado do Paraná. Sabendo das dificuldades que vem atravessando, eu solicito, senhor presidente e senhores deputados, que a Comissão de Saúde deste Poder Legislativo procure se reunir e entrar, imediatamente, em contrato com o presidente desse hospital, porque nós entendemos que é de uma importância muito grande, pois sabemos a maneira como esse hospital vem atendendo os carentes, aqueles que não têm recursos e que recebem guarida através da sensibilidade humana dos representantes desse hospital. E é isto que levantamos, nesta tarde. E nós temos ainda a felicidade, senhor presidente e senhores deputados, de estar em nossas mãos a planilha de pagamento desse Hospital e entendemos que a sua dificuldade é muito grande, neste momento. Foi feito um apelo ao excelentíssimo governador do Estado do Paraná José Richa, o qual sabemos, no seu íntimo, tem seu espírito humanitário sempre voltado ao povo do Paraná e principalmente aos menos favorecidos pela sorte. E teremos certeza que além deste apelo do hospital e apelo deste parlamentar que fala neste instante, o governador José Richa haverá de voltar os olhos para dar ajuda para que esse hospital saia das suas dificuldades.

É isto que tínhamos a registrar, senhor presidente e senhores deputados, e pedir também a colaboração desta Assembléia Legislativa para que todos os senhores deputados entrem nessa "Campanha SOS" oferecendo a sua parcela de trabalho, a sua parcela de ajuda, e terei certeza que a Comissão de Saúde haverá de atender a essa reivindicação através do seu presidente desse hospital.

É isso que registramos, senhor presidente, e senhores deputados, e aqui fica o nosso muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) No

Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Eduardo Baggio. Havendo declinado, no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Acir Mezzadri. Havendo declinado, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao senhor deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupamos a tribuna, na tarde de hoje, para muito breve trazermos a este Plenário uma constatação que temos tido oportunidade de sentir, não só aqui em nossa Assembléia Legislativa, em alguns segmentos do Governo Estadual, mas principalmente no Estado do Paraná como um todo. É do conhecimento desta Assembléia Legislativa, haja visto que por aqui tramitou e aqui neste plenário foi aprovado o Projeto de Lei n.º 39/83, que regulamentava o uso de agrotóxicos e alguns outros pesticidas a nível de Estado do Paraná.

Para nossa alegria, para nossa satisfação, nós recebemos um convite para que participássemos, nesta semana, na cidade de Goioerê, de um encontro promovido pela Secretaria da Agricultura, pela ACARPA-EMATER PR, com a promoção conjunta também do Rotary, do Lions, enfim núcleos de engenheiros agrônomos daquela região, de um encontro onde também irá se debater o problema dos agrotóxicos. Nós que temos uma formação universitária voltada aos interesses do meio rural, somos graduados em medicina veterinária e por muitos meses, por cerca de 3 anos, estivemos trabalhando em extensão rural, portanto, em contacto com o homem do campo, vivendo o problema desse trabalhador no dia-a-dia, sabendo de suas dificuldades no uso e na lida com os agrotóxicos; sabemos e conhecemos a importância que tem esta discussão em torno deste assunto.

Por este motivo, queremos nos congratular com a chefia do Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura, com sede em Campo Mourão, que tem estimulado a realização desse encontro. Como também congratularmo-nos com a ACARPA-EMATER do Paraná, que está desenvolvendo nas regiões de Curitiba I e II e Regional de Paranaguá, um programa do uso adequado de defensivos em hortigranjeiros.

É um trabalho que está envolvendo os municípios de Colombo, Almirante Tamandaré, Campo Largo, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Piraquara, Bocaiúva do Sul, Araucária, Agudos do Sul, Contenda, Lapa, Mandirituba, Quitandinha, São José dos Pinhais, Morretes, Curitiba, Antonina, Paranaguá e Guaratuba, e a idéia desse trabalho, senhor Presidente e senhores deputados, surgiu em função de diag-

notício que foi feito e onde se constata 1.504 casos de intoxicação por defensivos, no período de agosto de 1982 a março de 1983 e mais 41 casos de tentativas de suicídio por ingestão de agrotóxicos. Então, vejamos, senhor presidente e senhores deputados, a importância de que se revestiu a elaboração, ou melhor dizendo, a apresentação e posterior apresentação por esta casa, daquele projeto de lei que regulamenta o uso de agrotóxicos no Estado do Paraná, e que, agora, se encontra para sanção de sua excelência, o senhor governador José Richa.

Como também é da maior importância as realizações de encontros que vêm ocorrendo no Estado do Paraná, para discutir o problema de agrotóxicos. Não só a comunidade rural está diretamente envolvida no processo, mas, também, a comunidade urbana que faz a ingestão desses alimentos produzidos no meio rural, e é bom que tenha conhecimento da necessidade que temos de tirar o veneno e os pesticidas da nossa lavoura; tirar aquilo que hoje está enriquecendo as multinacionais; tirar aquilo que está matando, hoje, o nosso povo para termos uma agricultura mais sadia, mais produtiva, e muito mais salutar ao nosso povo, seja ele do meio rural, como também do meio urbano.

Erá só, senhor presidente, senhores deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Sérgio Spada, inscrito.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor presidente e senhores deputados. (Lê):

"Queremos apresentar a esta Assembléia Legislativa uma das iniciativas mais legítimas de nossa Bancada, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro: O PROJETO LIBERDADE.

Por ele, nos comprometemos mais vivamente com os defensores da liberdade humana, na luta pelos que sofrem privações de direitos políticos em todos os quadrantes deste País que, aos poucos, deixa a noite escura do arbítrio para trilhar a senda luminosa da democracia.

Esta iniciativa recebe um tênue escopo como a aprovação da medida legislativa que ameniza a draconiana Lei de Segurança Nacional, obtida no final dos trabalhos congressuais deste ano, por convergência dos interesses da sociedade civil e do Parlamento democrático que os brasileiros elegeram em 15 de novembro de 1982.

Nós, do Paraná, também sofremos em nossos próprios filhos, a privação da liberdade.

Temos, há mais de um ano, um preso político, o professor e editor Juvêncio Mazarollo.

Preso por crime de opinião, desde 27 de setembro de 1982, Juvêncio Mazarollo foi vítima de um dos processos mais arbi-

trários de que dá notícia a nossa crônica judiciária: de um só editorial de seu modesto jornal do interior paranaense, a acusação extraiu quatro tipos delituosos, obtendo afinal sua condenação em crimes praticados contemporaneamente e com absoluta identidade ideológica, o que qualquer jurista considera um perfeito absurdo.

Não obstante, com toda essa aberração técnico-jurídica, Juvêncio está condenado a quatro anos de pena privativa de liberdade.

Foi contra esse arbítrio judiciário que apresentaram recurso ao Supremo Tribunal Federal os eminentes juristas René Dotti e Wagner D'Angelis.

Juvêncio, que já cumpriu mais de um ano de pena, deverá permanecer mais três anos recluso, caso o Recurso Ordinário interposto não encontre guarida junto ao Supremo Tribunal Federal.

Senhor presidente,

Senhores deputados, o império da repressão já produziu demais número de vítimas neste País. A redemocratização tarda e a opinião pública já se mostra impaciente, porque outros povos vizinhos nossos inclusive já começaram deixar a figura do arbítrio para trás de si, na busca da Democracia plena.

A liberdade para os presos políticos, réus de consciência é um imperativo, pois não nos ilude a nova roupagem da Lei de Segurança Nacional. Ainda paira sobre cada um de nós a ameaça do crime de opinião, que agride e avilta nossos direitos e prerrogativas constitucionais.

Pretendemos, com o Projeto Liberdade sensibilizar o Poder Judiciário para que exerça função constitucional mais elevada e promova a justiça com autonomia, liberto das injunções do Poder Executivo.

Neste sentido, estamos enviando mensagens ao eminente Ministro Cordeiro Guerra, presidente do Supremo Tribunal Federal, ao ministro Djaci Falcão, relator do recurso ordinário e demais ministros daquela corte, a fim de que submetam a julgamento ainda este ano, o recurso relativo a Juvêncio Mazarollo.

Finalmente, solicito apoio desta Casa, através das Bancadas do PMDB e PDS, para que todos os presos políticos por crime de opinião e, especialmente Juvêncio Mazarollo, estejam em suas casas neste NATAL".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao senhor deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor presidente, nobres senhores deputados.

Como deve ter acontecido com todos os senhores deputados com assento nesta Casa, eu recebi da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, cópia de telex enviado por aquela organização ao governador do Estado, mais ou menos no seguinte teor:



"Em nome das cooperativas paranaenses, externamos a grande insatisfação das lideranças de nosso cooperativismo com aprovação pelo Senado Federal da elevação da alíquota do ICM de 16 para 17%. A elevada carga deste imposto que hoje pesa sobre os ombros dos agricultores cooperativados, certamente, gerará graves problemas a economia estadual como um todo. Mais adiante eles dizem que: "A maior penalização mais uma vez cabe ao setor primário, à agricultura, cuja participação na economia estadual é mais significativa, sendo que esta passará a receber em cheio o impacto desta majoração sem qualquer forma de compensação."

Continua ainda a direção da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná no seu telex, afirmando: "É pois com estranheza que os agricultores, as lideranças e esta OCEPAR tomaram conhecimento de pronunciamento do senhor secretário de Finanças, Erasmo Garanhão, onde informa que no dia 6 de janeiro do próximo ano estará defendendo, em Brasília, em nome do governo do Paraná, na reunião da CONFAZ, 1.º: A retirada da isenção do ICM sobre o farelo de soja e milho. 2.º - Manutenção do crédito presumido para o frango, resfriado porém a redução do imposto devido, imposto que hoje, é 3,2%, iria para 6,4%."

E por aí adiante senhor presidente e nobres senhores deputados, a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná se manifesta todo o seu descontentamento, todo o seu desgosto pela atual política fiscal do governo José Richa.

Por estas e outras manifestações, senhor presidente e senhores deputados, é que afirmo que alguns deputados prepararam-se para cometer ato odioso contra as suas próprias personalidades de homens públicos. Vão matar sem piedade nem remorso, esta figura já enfraquecida, já tantas vezes pisoteada e retalhada, chamada "representação popular".

Estarão matando tudo o que esta representação popular tem como virtude: credibilidade, espírito público, coerência.

E para que tal crime não se cometa, ou seja cometido com o meu silêncio, para que toda a opinião pública saiba que a representação popular morreu, antes que os seus executores a sepultem na surdina. Para evitar o próprio conluio lançamos hoje o nosso protesto.

Esta Casa como todos os senhores deputados têm conhecimento e a opinião pública do meu Estado também, recebeu mensagem do governador José Richa propondo aumento de alíquota do imposto de circulação de mercadoria.

Ele afirmava que prometeu que não faria; ele, o senhor secretário de Finanças, mais uma vez faltou com a verdade com o povo que o elegeu. Mandou a esta Casa propondo aumento da alíquota do imposto da circulação de mercadoria.

E todos nós sabemos que esta tributação é a que tem efeitos sociais mais perversos, porque castiga quem? Castiga exatamente as pessoas de menor renda, pois essas gastam a maior parte ou o total de seus recursos em alimentação. O que quer dizer, em sobrevivência. Quem hoje só ganha para comer, terá que comer menos no Paraná de José Richa, em virtude do proposto aumento de impostos.

E para quem sobra recursos, este aumento significará apenas maior privilégio na distância que o separa das classes desfavorecidas.

Ora, aumentar impostos na situação atual significa o que? O que significa, senhores deputados do PMDB, que ontem gritavam de suas tribunas contra a política tributária, e fiscal de Delfim Netto? Significa o que aumentar impostos na situação atual?

Significa tirar a sociedade, exatamente, na hora em que ela está mais pobre. Quando as atividades econômicas estão na maior recessão da história brasileira; quando o desemprego já é questão de desespero; quando as pessoas consomem cada vez menos; nesta exata hora, grave, gravíssima, vem o governo do Paraná e dispõe: pague mais impostos!

O que afirmamos ontem nos palanques eleitorais não vale mais, porque já estamos com o mandato na mão. Esta é a maior hipocrisia de um partido político. O povo é hoje um justo revoltado, porque considera a sua infelicidade consequência da má administração pública. Por isto votou no PMDB. Por isto elegeu um governo do PMDB, por esperança. Esperança na credibilidade, no espírito público, na coerência dos homens do PMDB. Esperança nas promessas de campanha. Esperança que suas vidas pudessem ao menos melhorar com o governo do PMDB.

É, lamentavelmente, deste governo do PMDB que nossa gente está recebendo uma proposta de aumento de impostos, que fará sua vida mais difícil, mais infeliz.

O Sr. Dirceu Manfrinato Vossa excelência concede um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte de vossa excelência e gostaria de discordar do ponto de vista do nobre deputado...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa excelência está no seu papel de discordar, mas o povo é que está discordando de vossa excelência.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa excelência deu-me um aparte, se me permitir eu prossigo...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pode prosseguir.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa excelência sabe muito bem que pertenceu ao partido governado anterior. E que hoje, na verdade, vossa excelência discorda, mas eu posso afirmar que o povo do Paraná, o funcionalismo público do Paraná está satisfeito com a administração do Governador

José Richa. Porque nunca houve, neste Estado, um governador que se preocupasse tanto com o funcionalismo público, que se preocupasse tanto com o povo do Paraná, como José Richa. Acima de tudo pelo seu espírito humanitário, que sempre entende as dificuldades.

Sentimos, ao percorrer a região que representamos como deputado, a satisfação do povo paranaense, por ter elegido, através das urnas, o grande governador José Richa que vem atendendo as aspirações do povo paranaense. Muito obrigado, deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Grande na opinião de vossa excelência e vossa excelência está com todo o direito de defender o seu chefe. Mas vossa excelência esqueceu de uma coisa...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu defendo, todo o Paraná defende.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Dei o aparte anteriormente a vossa excelência e respeitei o aparte que dei. Quando vossa excelência solicitar novamente darei com muito prazer. Mas vossa excelência está esquecido de uma coisa, que o povo do Paraná não se resume no funcionalismo, que recebeu uma gratificação de Natal quando tinha a promessa de 13. Vossa excelência não procure tergiversar, não procure desviar o nosso propósito, dizendo que o grande governador é um homem humanitário para o funcionalismo. O povo do Paraná não se resume apenas em funcionalismo público.

O que é mais lamentável é que as mesmas pessoas, como vossa excelência e seus companheiros de partido, que ontem diziam nos palanques que é preciso retirar recursos das mãos das entidades públicas e deixá-los com os cidadãos; vossa excelências que ontem diziam, são quem hoje pretendem impor ao povo a carga mais pesada, atingindo mais aos pobres do que aos ricos. As mesmas pessoas que se diziam arautos da maior justiça social propõem uma lei profundamente injusta, cujo efeito maior será exatamente aprofundar as iniquidades que nos sacrificam.

Senhor presidente, nobres senhores deputados. A minha opinião é que os deputados que votaram a favor do aumento de impostos serão matadores da representação popular; porque estarão votando contra o povo, principal se forem deputados da situação. Partido que prometeu em praça pública e através destas promessas galgou o Poder. E o que é que eles prometeram em praça pública?

Que defenderiam as classes menos favorecidas. O povo não quer mais impostos; o povo não quer mais carestia e de acordo com a vontade, os representantes deste povo, nesta Assembleia só têm uma atitude a tomar: votar contra contra a nefasta proposta de agir diferente, será como manifestarmos, matar a representação popular de que foram investidas.

Esta Casa é testemunha de pronuncia-

mentos nossos, reiterados há muitos e muitos anos, os quais estão aí nos Anais para comprovar e nós apresentamos várias legislaturas, proposições em que pugnávamos por uma reforma tributária nacional.

Nós pedimos sempre uma inversão da pirâmide tributária, de maneira que os municípios e estados tivessem maiores recursos e desprivilegiassem o Governo Federal, a união desta enorme concentração de dinheiro, que tantos males trouxe à nação, a ponto de um ex-presidente da revolução, clinicamente, ter observado que o País vai bem, mas a Nação vai mal.

Nossa luta, disse sempre que a União e o Estado são ficções administrativas, pois o povo mora mesmo é na sua cidade, na sua rua, na sua casa, e quando ele vai, pela manhã, ao trabalho, ele quer ver os melhoramentos da sua rua, na sua cidade; ali é que ele quer ver aplicado o dinheiro dos seus impostos; em última análise o seu dinheiro dos seus impostos; em última análise o seu dinheiro não é do governo, o seu dinheiro é exatamente do povo.

Quando defendemos melhores recursos para os municípios e Estado, falamos sempre em repartir mais corretamente o bolo nunca de aumentar mais ainda esta insupportável massa tributária, que já esmaga, que infelicitiza o contribuinte e todo o povo brasileiro.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa excelência concede um aparte? (Assentimento)

Muito obrigado, mais uma vez pela gentileza.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Não há o que agradecer, vossa excelência merece.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu só queria afirmar ao nobre deputado, que o aumento do imposto no Paraná, não só no Paraná, no Brasil inteiro, nada tem a ver com o governador José Richa e nem com os deputados Estaduais do Paraná.

Tem a ver sim, nobre deputado, com o senador do PDS, a emenda Passos Porto, que através da incompetência do ministro do Planejamento, o senhor Delfim Netto, este sim, senhor deputado, é que está massacrando a classe pobre do Paraná e do Brasil inteiro. Este homem, está sangrando a todos os momentos que passam, a Nação Brasileira. É aumento de impostos, de gasolina, revertendo nas costas do povo carente do Paraná e do Brasil inteiro. Vossa excelência há de entender.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa excelência dá o aparte mas não procure contornar o assunto.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa excelência há de entender, porque quando se fala a verdade, nobre deputado, a verdade fere; e a verdade é que a incompetência, ela vem lá de cima do governo Federal, que vem atribuir dificuldades ao povo brasileiro. E Vossa Excelência vem dizer, nesta tarde, que nós não devemos votar o aumento dos impostos. O Paraná não poderia ficar ex-

cluído. Porque em todos os Estados haverá aumento do índice do ICM, vossa excelência sabe disto, e o Paraná não poderia se excluir.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Isso é outra balela.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Outra balela não, deputado. Isso é o reflexo do PDS.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Isso é outra balela. A emenda Passos Porto é opcional. Não é obrigatória. Vossa excelência não venha com balela aqui. (Discursos paralelos).

Se vossa excelência quer votar a favor, contra o povo, vote. Mas não procure se justificar.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Se fizermos hoje um levantamento no Estado do Paraná, haverá de se comprovar, que se houvesse uma eleição amanhã, o governador José Richa faria 95% dos votos paranaenses, pela satisfação que o povo do Paraná está.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - É o que vossa excelência pensa. E vossa excelência procurou explicar mas não justificou nada. Em primeiro lugar eu quero falar a vossa excelência que quando vossa excelência critica o ministro do Planejamento, vossa excelência não encontra em mim um defensor daquele homem público que tem infelicidade a Nação. Portanto, verdade nenhuma me doi ou me fere. Agora, quando vossa excelência vem procurando justificar o seu voto, contrariamente ao povo, afirmando que a Emenda Passos Porto é de autoria de um deputado do PDS, ela é opcional, facultativa; ela não obriga nenhum Estado a majorar as alíquotas, do seu imposto de circulação de mercadorias. Outra inverdade que vossa excelência diz, é que se os outros Estados aumentam, o Paraná tem que aumentar. Não senhor. Então vossa excelência desconhece a legislação tributária. O Paraná iria se creditar dos mesmos 16% impostos gerados em outras unidades da Federação. Não importa que os outros estados aumentem a carga tributária de seus conterrâneos, de seus concidadãos, o que importa é que o governo do Estado do Paraná não siga esse nefasto exemplo.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu pergunto a vossa excelência como ficariam as notas interestaduais.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu darei logo o aparte a vossa excelência, senhor presidente, eu darei o aparte ao senhor deputado.

E ainda tem outra coisa, esta Assembleia já votou o Orçamento do Estado, como tem sido até agora, viu-se que este é um Estado privilegiado. E não é um Estado feito pelo senhor José Richa, em apenas 10 meses. O Paraná é privilegiado pela sua gente; pela formação moral do seu povo; pela grande capacidade de trabalho do paranaense. Não é porque o grande governador José Richa, equilibrou as finanças do Es-

tado. Esse Estado é um privilegiado entre os demais da União e seus recursos, os recursos do Estado do Paraná, são suficientes, para gerir a administração pública. Porque foi o próprio governador do Paraná quem disse em cadeia de televisão, que o Orçamento do Estado estava perfeitamente equilibrado; que há "superavit" em caixa. Por que agora vem propor a elevação de impostos, para massacrar mais e mais o povo paranaense? Engana-se nobre deputado, quando pensa que se houvesse eleição, o resultado seria favorável! E eu pergunto, e essa é uma discussão acadêmica que não leva a nada, vossa excelência dizer que vai acontecer, é subjetivo; que tem 95% de apoio do povo, é subjetivo, não leva a nada. Eu não quero que vossa excelência discuta tecnicamente.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Quem fala a verdade é só vossa excelência. Nós não falamos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu não sou dono da verdade. Eu só quero que vossa excelência não venha com questões, como apartes subjetivos, procurando justificar o voto da sua bancada, contra o povo do Paraná. Eu quero que vossa excelência discuta o assunto tecnicamente. Porque é isso que eu quero que vossa excelência faça. Porque eu pergunto a vossa excelência...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa excelência permite outro aparte? Vossa excelência sempre foi tão gentil.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu não vou conceder o aparte a vossa excelência para discutir o sexo dos anjos. Se vossa excelência quer discutir a Mensagem do Governador do Estado, tem o aparte vossa excelência a Mensagem do senhor governador do Estado.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu agradeço o aparte. Eu acho que estamos discutindo dentro da Mensagem. E vossa excelência está levantando uma questão, responsabilizando o governador.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - E quem eu haveria de responsabilizar?

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa excelência não pode responsabilizar um governador que assumiu e em 8 meses, demonstrou a verdade, um governo sério, um governo firme, um governo que cheira a povo, porque está sempre voltado ao povo paranaense. Então é isto que nós estamos discutindo dentro da matéria deputado. O que eu posso permitir é que vossa excelência venha responsabilizar o governador por aumentar os impostos, sendo que o Orçamento já era satisfatório. Agora quanto a vossa excelência afirmar que o povo do Paraná, e até mesmo eu poderia ainda acrescentar mais, nobre deputado, tanto o povo do Paraná, mas como as terras férteis que nós temos neste Estado, evidentemente, se Deus andou em todo este mundo, eu acredito que no Paraná ele andou duas vezes mais e abençoou duas vezes mais, porque nós acreditamos na cultura paranaense: nós acreditamos no ho-

mem do campo; nós acreditamos em todas as camadas sociais. Realmente o Paraná é um Estado privilegiado. Mas acima de tudo se há esta produção, acima de tudo tem que haver um governo sério para controlar, porque isto é dinheiro público, é dinheiro do povo. E se não houver um governo sério, que controle isto, não adianta termos produção, não adianta termos tudo, porque irá tudo por água abaixo. Então nós sentimos que o Paraná, através da sua produção, através do seu povo, e através de um governador como José Richa, o resultado é evidentemente o que está acontecendo, durante 8 meses, apenas, de mandato, é a esperança do futuro, e que nós temos certeza, deputado, que vossa excelência haverá...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu agradeço a vossa excelência e vossa excelência vai me fazer um discurso paralelo, tecendo loas aqui ao governador.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu vou terminar.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - ... ao seu governador, que eu em momento algum chamei de desonesto. Em momento algum vossa excelência está se sangrando em saúde. (discursos paralelos).

O Sr. Dirceu Manfrinato - Se permite, eu encerro. Encerro dizendo o seguinte: eu terei certeza que a partir de 1985, vossa excelência haverá de ocupar esta tribuna, e reconhecer na verdade que aquilo que nós defendemos é a pura verdade do Paraná, e vossa excelência haverá inclusive, de elogiar o atual governador do Paraná José Richa.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa excelência falou novamente e não disse nada. Vossa excelência, está apenas cumprindo o papel de defensor do governo do Estado. Vossa excelência levantou uma questão que não foi objeto do meu pronunciamento: que este é governo sério, um governo honesto. Eu não disse o contrário. Eu conheço o governador do Paraná há muito mais tempo do que vossa excelência, conheço a sua vida pública; é realmente um homem digno. Mas isto não quer dizer que ele não tivesse cometido um grande engano, um lamentável engano contra o povo do Paraná, ao mandar esta Mensagem.

Por que, eu pergunto: onde há coerência de propor aumento de impostos? Terá mesmo a coerência de que vem reivindicar a esta Assembléia, para contrair enormes...

O Sr. Paulo Furiatti - Vossa excelência permite um aparte?

(Assume a presidência o senhor deputado Anibal Khury).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor presidente, a Ordem do Dia de hoje, ainda está aí com uma Mensagem do Governo, solicitando autorização legislativa para contrair empréstimos externos.

Então esta é a grande incoerência do governo, porque o governo quando assumiu e na sua campanha, os homens do PMDB classificaram a dívida externa do Paraná como "insuportável". Estão aí os Anais da Casa; estão aí os discursos do nobre deputado Deni Schwartz, que foi quem estudou com maior profundidade o perfil do endividamento do Estado do Paraná; estão aí os Anais a atestarem os pronunciamentos de todos os senhores deputados do PMDB na legislatura passada. Os discursos pré-eleitorais, classificavam a dívida pública do Estado do Paraná, como insuportável.

O Sr. Paulo Furiatti - Vossa excelência permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - E o que é que nós estamos vendo hoje na Ordem do Dia? Vejam a incoerência deste governo. O que é que está na Ordem do Dia de hoje? Por favor, deputado Tércio, me passe aqui uma Ordem do Dia.

O Sr. Paulo Furiatti - Vossa excelência permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu já darei o aparte a vossa excelência com muito prazer.

(Lê): "Projeto de lei 247/83, que autoriza o Poder Executivo a conceder garantias ou contragarantias em operações de crédito internos ou externos, a serem realizados pela COPEL."

Vejam vossas excelências que a situação do Paraná, o perfil da dívida externa na administração pública do Paraná não era insuportável, estava dentro da sua capacidade de endividamento, é aí que eu acho que existe a grande incoerência, nós temos profundo respeito pela representação popular, nós não queremos absolutamente concorrer para a sua morte, razão que nos leva a fazer, de espírito desarmado, sem a vontade de fazer oposição, porque eu não venho fazer aqui oposição de "tricas e futricas" porque o Secretário de Estado usou o carro chapa oficial para levar o filho ao colégio, ou que usou o telefone para telefonar não sei para quem, não é isso que ao povo interessa uma vigilância desta Casa, para que não se permita a elevação de impostos, para que não contrariam empréstimos desnecessários. É este apelo que venho fazer, um apelo agonizado aos senhores deputados do PMDB, sem me mover nenhuma intenção de me colocar aqui, intransigentemente como oposição ao governo no Paraná, a minha família é paranaense, eu quero que o governador José Richa vá bem quero que o nobre deputado Manfrinato tenha razão quando ele diz que daqui a um ano nós haveremos de bater palmas ao senhor José Richa, eu quero isso!

Eu quero isso, porque eu vivo nesse Estado, se o meu estado for bem eu também vou, os negócios irão, os meus filhos terão educação gratuita, os meus netos, enfim o povo do Paraná, terá mais assistência no setor de Saúde Pública, terá mais esco-

las, é o que eu mais quero, eu não sou bompositor contumaz, eu não sou um magoado com o resultado eleitoral absolutamente, eu sei perder e sei ganhar. Agora por favor, sejamos fiéis ao povo...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa excelência me concede um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Já darei o aparte a vossa excelência, quantos vossa excelência queira discutir.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Estou aguardando o aparte nobre deputado Erondy.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Agora o que eu quero é que sejamos fiéis a quem nos elegeu, vamos exercitar com coragem, autenticidade e liberdade a representação que o povo tão sofrido nos conferiu, e nós temos aqui nesta atual legislatura, temos presenciado notáveis exemplos de independência da Bancada do PMDB, e eu vejo com muita esperança a postura da maioria dos senhores deputados do PMDB, que é de profundo respeito ao voto popular, eu vejo isso com muita esperança, vejo mesmo, tenho visto os senhores deputados discordarem de propostas do governo nesta Casa, isto nos traz um alento, um alento de que nem sempre a maioria é tirânica, nem sempre a maioria impõe a sua ditadura, existem vozes conscientes dentro do partido de vossas excelências esses exemplos de coragem no exercício do mandato popular devem proliferar, cada deputado deve ter presente que só deve satisfações ao eleitor, nem ao Partido nem ao governo deve satisfações, apenas ao povo.

Eu concedo o aparte a vossa excelência.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Muito obrigado, deputado. Quero, nesta oportunidade, parabenizá-lo por este final de pronunciamento que vossa excelência fez, porque não sou um deputado nesta Casa, veterano, mas já convivi com este Poder Legislativo quando vossa excelência também era deputado na época e observo a sua luta, a sua preocupação com aqueles que o conduziram novamente às urnas em 15 de novembro.

E vossa excelência, evidentemente, faz jus àqueles que o trouxeram novamente a este Poder Legislativo.

Agora, deputado, com referência ao Projeto de Lei n.º 247/83, poderia dizer a vossa excelência, deputado, e citar um exemplo não oficial, mas...

O SR. PRESIDENTE - A Mesa comunica que está encerrada a Hora do Expediente e consulta...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Lamento ter que pedir a vossa excelência terminar em outra oportunidade, e pediria ao nobre líder da minha bancada apenas mais 5 minutos.

O Sr. Tércio Albuquerque Pelo tempo que quiser deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu gostaria apenas de concluir, no final darei quantos apartes vossa excelência quiser.

Nesta proposta, senhor presidente, nobre senhores deputados, de aumento de impostos, não há uma terceira alternativa; não há ou o deputado estará com o povo, ou estará contra o povo; em aumento de impostos não há opção - Favor ou contra. Não bastasse o governo vir reinvidicar o aumento da alíquota do ICM, porque na forma autorizada não está imposta, na emenda Passos Porto, eu repito, não está imposta a obrigatoriedade de elevação do imposto; é o governo do Paraná que está reinvidicando; a mensagem que se encontra nesta Casa, não bastasse o aumento de impostos, a mensagem que se encontra nesta Casa é uma verdadeira reforma da legislação tributária do Estado. Eu sei que a maioria não vai entender assim; eu sei que a Mesa não vai entender assim; mas o verdadeiro entendimento dessa mensagem é uma Lei complementar a constituição; ela terá que ter quorum qualificado porque ela modifica, profundamente, a legislação tributária do Estado. Seria matéria de um grande debate; seria oportunidade de estudo, reflexão, participação. As classes empresariais já manifestaram seus protestos, e note-se que o empresário não é o contribuinte do Imposto de Circulação de Mercadorias; ele é um mero arrecadador de recursos porque quem paga o imposto é o consumidor, porque ele vai embuido no preço final da mercadoria. Observem os nobres deputados na mensagem do Executivo, o próprio PMDB, o nobre deputado Roberto Requião, nome respeitado, jovem mas respeitado pelas suas atitudes coerentes, pela sua postura extraordinária em favor da coletividade, ele mesmo observou que essa mensagem foi elaborada nos gabinetes técnicos e sem audiência de ninguém. Garanto que nenhum dos senhores participantes da Bancada do PMDB foi consultado sobre essa mensagem; uma mensagem que não dá nenhuma justificativa nas alterações a que se propõe. É outra incoerência de quem se declarava adversário do predomínio administrativo da tecnoburocracia; observem que essa mensagem contém justificativa alguma, nenhuma; a mensagem do governo, nenhuma, para fazer uma verdadeira reforma na legislação tributária do Estado que, a meu ver, repito, é Lei Complementar. A mesa que é da maioria do PMDB não vai entender assim, porque a maioria vence e a minoria se convence. Manda quem pode, como diz o grande deputado Gabriel Manoel obedece quem precisa. A Mesa não vai entender como tal, como Lei Complementar e vai, naturalmente, providenciar que se aprove essa iniquidade com quorum simples.

Esta Casa, senhor presidente, não tem condições sequer de entender a proposta. Aí que eu quero chamar a atenção do nobre deputado Dirceu Manfrinato, porque nenhum dos senhores deputados, nem vossa excelência e nenhum dos senhores desta Casa tem por obrigação ser técnico em legislação fiscal. Ninguém entendeu esta mensagem,

ninguém tem justificativa de nada.

Ora, se fosse realmente um governo aberto, este governo que vossa excelência disse, teria, por obrigação inicial justificar suas propostas, colocá-las em debate público. Jamais se poderia esperar de um governo que se afirma sério e aberto, o envio de matéria de tal natureza e complexidade num período extraordinário. Esperou exatamente o período extraordinário de curta duração.

Então só resta interpretar este fato da seguinte forma: confiado na ditadura da maioria, que, felizmente, em assuntos relevantes não vem sendo exercida pela bancada de vossa excelência felizmente!

Eu acho que existem vozes discordantes dentro da própria maioria, que não vai engolir uma proposta desta natureza, desta complexidade, sem nenhuma justificativa para ser apreciada num período de, praticamente, duas semanas de sessões úteis. Hoje, quando esta sessão se iniciou, existiam na Casa apenas 3 deputados; não existia deputado para compor a Mesa. Agora, não temos número, quorum para votação. Como é que se pode aprovar uma matéria que diz tão perto aos interesses reais da coletividade paranaense desta forma? Não há condições.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa excelência me concede um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu concedo, mas, primeiramente, concedo aparte ao deputado que me solicitou anteriormente.

O Sr. Paulo Furiatti - Nobre deputado Erondy Silvério. Vossa excelência afirmou que não há justificativa para aumento do imposto. Mas vossa excelência...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu já devolverei o aparte a vossa excelência. Eu não afirmei isso. Eu afirmei a vossa excelência e a toda Casa, que na Mensagem não existe justificativa do poder Executivo para cada alteração proposta. Isto foi o que eu afirmei. A justificativa existe, é a emenda Passos Porto, que embora sendo facultativa, está sendo aproveitada por todos os governos dos estados brasileiros.

O Sr. Paulo Furiatti - Muito bem. Então, dentro dessa premissa, vossa excelência há de considerar que os governos, aplicando essa taxa, o Paraná, isoladamente, não poderia deixar de aplicar por um dos fatos seguintes: se nós deixarmos de aumentar o imposto, nós iremos exportar os nossos produtos a 16% e importar os produtos a 17%. Então, estaríamos perdendo 1% quando exportássemos, e estaríamos perdendo 1% quando importássemos.

Diante disso, de cada 100 bilhões de cruzeiros que exportássemos, estaríamos perdendo 1 bilhão de cruzeiros; e de cada 100 bilhões que importássemos, também, estaríamos perdendo 1 bilhão de cruzeiros.

Essa é a maior razão que impede que o Paraná tome uma atitude isolada.

Mas, por outro lado, estamos tomando

conhecimento, e ontem houve uma reunião nesta Casa, com as classes produtoras, de que o Governo do Estado pode auferir em função desses 54 bilhões de cruzeiros que viriam a mais, em função dessa modificação, estabelecer um orçamento à parte, nesta Casa, e junto com as classes produtoras, dar um destino único e específico social; e há uma proposta da agricultura, de retornar à agricultura esses recursos como forma de ativação econômica do próprio setor.

Então me parece, nobre deputado.. O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu não só gostaria que vossa excelência fosse breve, porque eu tenho poucos minutos e quero em seguida, comentar o aparte de vossa excelência, que me agrada, em parte. Vossa excelência foi coerente. Realmente existe esta problemática, existe. É evidente. Embora o Estado do Paraná seja produtor de mercadorias específicas como o café, o soja, que não iria, absolutamente, gerar preço competitivo lá fora.

Mas, vossa excelência tem toda razão.

Eu admito o raciocínio de vossa excelência. Aceito o raciocínio de vossa excelência. Aceito.

Então, porque vossa excelência e a bancada de vossa excelência não apresentam um substitutivo geral na mensagem: Artigo 1.º - Fica elevada a alíquota do ICM de 16 para 17%; Artigo 2.º (aí dá a destinação da diferença de arrecadação; Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Para que mexer na legislação tributária do Estado? Para que?

Porque existem segundas intenções do secretário de Finanças do governo de vossa excelência. Já não digo do governador, mas do secretário, que está querendo massacrar o povo paranaense.

Se aprovada a mensagem nos moldes que ela aportou a esta Casa, eu aceito os argumentos de vossa excelência e até me penitencio se eu puder sentir a disposição da bancada de vossa excelência em alterar - fundamentalmente - a Mensagem Governamental consubstanciada em dois ou três artigos, nada mais do que isso.

Senhor presidente, já acho que a discussão está se encaminhando para um terreno propício. Acho que os deputados desta Casa são coerentes com o seu passado. Eu tenho plena consciência de que eles atenderão as aspirações dos seus eleitos, tenho plena consciência disso. Porque eu tenho observado o comportamento da bancada governista nesta Casa, eu tenho observado que no principal, quando está em jogo os interesses do povo tem havido divergência. E, vossas excelências se analisaram a mensagem não do senhor José Richa mas, do senhor Erasmo Garanhão, tecnocrata do Banco do Brasil auxiliar do ministro Delfim Netto, que tanto vossas excelências abominam, se vossas excelências analisarem essa mensagem, vossas excelências vão ver que es-



tão dando isso sim, agora, um salto no escuro. Vossas Excelências irão penalizar o contribuinte paranaense, o povo paranaense.

Então, ou nós modificamos a mensagem ou teremos aqui, o trágico velório da representação popular, e sepultada de forma inglória por alguns inocentes úteis que a matarão por não entender o que significa a palavra democracia, que na democracia se discorda sempre, embora, o governo seja poderoso, tem que haver a discordância.

Senhor presidente, eu agradeço a vossa excelência ao vice-líder do meu partido pelo tempo que me concedeu e peço desculpas ao nobre deputado Dirceu Manfrinato se, em algum momento no calor dos debates, eu o magoei em alguma interpretação ásua palavras.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Ao contrário deputado, debater com vossa excelência eu me sinto lisongeadado porque aprendo muita coisa com vossa excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Obrigado a vossa excelência.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa consulta à liderança do PDS se fará uso do restante do tempo que lhe resta. Tendo declinado, a Mesa consulta à liderança do PMDB. Com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor presidente, senhores deputados.

Retornamos à tribuna, nesta mesma tarde, para darmos seqüência aos comentários que fazíamos a respeito de um programa de uso adequado de defensivos em hortigranjeiros que está sendo desenvolvido nos regionais - Curitiba 1 e 2 e Paranaguá - da ACARPA - EMATER, Paraná.

Neste documento que principiamos a ler alguns de seus tópicos por ocasião de nossa manifestação no Pequeno Expediente, nesta tarde de hoje, vamos encontrar alguns outros detalhes e algumas informações que julgamos do maior interesse e do maior proveito, não só desse Legislativo Estadual mas, também, de todo o Estado do Paraná. Porque é um assunto que interessa não só a região em que está sendo desenvolvido esse programa, como também, a todas as regiões do nosso Estado e também do Brasil como um todo. Haja visto que muitos Estados da Federação têm aderido aos projetos de lei sobre uso e controle de agrotóxicos.

Nesse documento nós vamos constatar, senhor presidente, senhores deputados, que os produtores das regiões Curitiba 1 e 2 e Paranaguá - que englobam cerca de sete mil produtores, somente 26% desses produtores utilizam o defensivo correto para controle ou combate da doença ou praga que ataca suas lavouras. Com relação às dosagens, cerca de 13% apenas dos produtores é que utilizam corretamente as mesmas. No que

diz respeito ao período de carência, para utilização desses pesticidas, cerca de 75% dos produtores não obedecem os períodos regulamentares estipulados. Cerca de 80% dos produtores não usam o equipamento de aplicação de maneira correta; cerca de 91% dos produtores não usa nenhum tipo de proteção quando da aplicação dos defensivos.

O mamuseio, por outro lado, é feito incorretamente por aproximadamente 86% dos produtores que lidam com hortigranjeiros. Em torno de 34% dos produtores não armazenam corretamente os defensivos agrícolas, ou seja, deixam junto alimentos inclusive. Cerca de 60% dos produtores não tomam as mínimas precauções quando da aplicação dos produtos, não verificando direção dos ventos, derramando os produtos nas partes do corpo, além de não obedecer um horário mais criterioso para aplicação desses pesticidas.

Aproximadamente 24% dos produtores de hortigranjeiros utilizam as embalagens de defensivos para outras coisas, como por exemplo: transporte de água para beber, armazenagem de alimento, transporte de leite in natura. Cerca de 67% dos produtores poluem os rios e córregos derramando defensivos nos mesmos além de jogarem as embalagens contaminando também o meio ambiente.

Nos levantamentos realizados, constatou-se que os defensivos agrícolas são aplicados da seguinte maneira: 52% pelo próprio produtor rural; 26% pelo filho do produtor rural; 9% por outro membro da família; 8% por mão-de-obra fixa e 5% restante por mão-de-obra volante contratada.

Um outro dado bastante alarmante sobre o uso de agrotóxicos em hortigranjeiros diz respeito ao consumo exagerado desses produtos pela não observação da dosagem recomendada pelos fabricantes, e o número de aplicações feitas. Só para exemplificar, na cultura de batata, cuja área plantada nas regiões de Curitiba 1 e Curitiba 2, na última safra foi de 23.521 ha. Houve um consumo desnecessário, veja bem, um consumo a mais de fungicida da ordem de 653.588ha. do produto Maneb, representando um montante gasto desnecessariamente de hum bilhão novecentos e cinquenta milhões, setecentos e sessenta e quatro mil cruzeiros.

Gastou-se mais ainda de paratiametílico, noventa e oito mil setecentos e oitenta e oito litros a mais, o que representou um desperdício de trezentos e noventa e cinco milhões, cento e cinquenta e dois mil cruzeiros.

E outras hortaliças, senhor presidente, senhores deputados, cuja área plantada nas regiões que mencionamos anteriormente e que foi em torno de 42.906 ha., podemos dizer que se comporta da mesma forma como no caso da batata. E aqui nós vamos ter uma estimativa de um consumo de agrotóxicos que foi feito desnecessariamente que

ultrapassa a quantia de hum bilhão e trezentos milhões de cruzeiros.

Tudo isso nos leva a uma série de fatores e que nós gostaríamos aqui, de relatar também, a esta Casa de Leis. De acordo com a pesquisa realizada junto aos hospitais, postos de saúde, sindicatos e farmácias nos municípios envolvidos, estes não têm condições de informar com precisão o número de casos de intoxicação, por agrotóxicos, uma vez que não fazem controle sistemático desse tipo de ocorrência.

Então, o que nós vamos deduzir disso se os hospitais, farmácias e postos de saúde não tem condições de nos informar com precisão o número de pessoas envolvidas com intoxicação? Aquele número que anteriormente nós dizíamos de pessoas vitimadas por intoxicação em torno de 1.500 pessoas, poderá ser muito maior. Apesar disso, conseguiu-se saber que no último ano agrícola ocorreram 19 casos de intoxicação, sendo que desses três foram fatais.

Esses apenas casos registrados em hospitais. Convém lembrar ainda e isso é que é importante, senhor presidente, senhores deputados, que a maioria das pessoas não procuram médicos, não procuram uma medicina, vamos dizer preventiva ou mesmo curativa, a não ser que o estado da sua intoxicação seja bastante grave.

Para tudo isso tem-se buscado através desse programa que nós estamos fazendo menção, esse programa de uso adequado de defensivos hortigranjeiros que é realizado e desenvolvido pela Emater Paraná - ACAR-PA, e aqui são preconizadas algumas medidas, vamos dizer assim, para se tentar a solução para esses gravíssimos problemas.

E essas medidas inicialmente se completam com o seguinte: discussão com as autoridades do município envolvido, visando a participação efetiva da comunidade, das autoridades neste programa. Encontros municipais, ou reuniões a nível de comunidade, com os produtores do município, visando apresentar o diagnóstico e apresentar soluções conjuntas para sanar o problema. Indicações dos produtores e seus representantes no Encontro Regional e levantamento de subsídios para o mesmo encontro.

Por sua vez, o Encontro Regional de Produtores de hortigranjeiros terá, como objetivo principal, o lançamento do programa que estamos mencionando e o acolhimento de subsídios dos produtores, a nível de município, encontro este que terá a participação de especialistas renomados em toxicologia, dos defensivos agrícolas ou agrotóxicos, como costumamos chamar.

Também serão realizadas reuniões a nível de comunidade, para apresentação pelos participantes dos resultados do Encontro Regional, o qual já teve oportunidade de ser realizado no Colégio Estadual do Paraná e contou com o envolvimento não só dos técnicos da Emater-Paraná, como também da

Secretaria da Agricultura, da Surehma, Associação dos Engenheiros Agrônomos, Secretaria da Saúde, enfim, uma série de entidades ligadas a este problema.

Treinamento de produtores e suas famílias e aplicadores, através de cursos, reuniões, de preferência, e essencialmente, reuniões práticas, devendo abranger todo o município.

Integração com as Inspetorias de Ensino ou Departamentos Municipais de Educação, visando colocação nos currículos escolares de matéria sobre o uso de defensivos agrícolas, para que o aluno, provavelmente que será um agricultor amanhã, já adquiria desde cedo consciência sobre o Problema do uso indiscriminado de agrotóxicos.

Realização de palestras nos colégios, escolas, igrejas, clubes de serviços, Câmaras Municipais e por aí a fora.

Realização de uma semana especial em todos os municípios abrangidos, dando ênfase ao assunto em questão, através também, de palestras, filmes, envolvimento de grupos de jovens das diversas comunidades.

Palestras para os alunos de Escolas de Agronomia e Técnicas Agrícolas, na área abrangida pelo programa.

Ênfase maior, e aqui está um detalhe da maior importância e que o nosso Projeto n.º 39/83, que já foi aprovado nesta Casa e que se encontra para sanção do governador, uma ênfase maior ao respeito ao receituário agrônomo, para que desta forma possamos ter um produtor bem orientado sobre qual o produto a utilizar, em que quantidade, em que época e de maneira.

Numa segunda etapa, este programa pretende conscientizar os produtores e suas famílias para melhor utilização dos agrotóxicos.

Estimular a criação de associações de meio ambiente em todos os municípios abrangidos pelo programa.

Construção de abastecedores comunitários.

Continuidade dos treinamentos práticos, visando abranger todos os produtores do município.

Continuar realizando encontros municipais e regionais, visando avaliar o andamento do programa, principalmente em sua etapa preliminar.

Substituir os agrotóxicos usados em agricultura por métodos biológicos e os adubos químicos por adubos orgânicos, inclusive, produção para consumo familiar.

Intensificar ações sobre melhoria dos locais de abastecimento de água para consumo da família.

Intensificar orientações às gestantes e nutrízes, sobre o perigo dos agrotóxicos na formação e desenvolvimento da criança.

Incentivar, finalmente, as donas de casa para confecção de indumentária rústica para proteção dos aplicadores de agrotóxicos.

Senhor presidente, senhores deputados, este é, em síntese, o conteúdo do programa de uso adequado de agrotóxicos em hortigranjeiros, programa este que está sendo desenvolvido pela Emater-Paraná e Acarpa e que conta com a participação de todos os segmentos envolvidos e de interesse deste setor. Esta Assembléia já deu a sua parcela de contribuição e temos certeza que continuará assim procedendo, haja visto a aprovação por unanimidade, nesta Casa, do Projeto de Lei de autoria deste deputado que vos fala, em conjunto como os senhores deputados Paulo Furiatti, Sabino Campos e Rubens Bueno.

Projeto esse, que mais uma vez repito, se encontra para sanção no Governo do Estado do Paraná, junto ao governador José Richa. Esperamos seja ele o mais rapidamente sancionado para que possamos, já no ano de 1984, ter uma vida mais sadia, uma vida mais salutar.

Concedo o aparte ao nobre deputado Paulo Furiatti.

O Sr. Paulo Furiatti - Senhor deputado

Orlando Pessuti, vossa excelência aborda nesta Casa, um dos temas mais relevantes, hoje na área da Agropecuária, principalmente, porque sabemos, é o Estado do Paraná o segundo consumidor de agrotóxicos a nível do Brasil e é o Paraná um dos Estados mais atingidos pela violência do efeito desses produtos.

Ainda nesta semana, a Revista "Veja" traz um artigo em que a Eletronorte colocou herbicida dentro da sua linha, para eliminar a vegetação sobre a linha da força energética e usou o herbicida que tem entre seus componentes o famoso agente laranja, aquele usado pelos americanos no Vietnã como desfolhante das florestas e no uso daquela guerra.

E nós sabemos que a necessidade premente de se regulamentar e de supletivamente resolver o problema grave por que passa este Estado.

Estamos aguardando ansiosamente a sanção do governador José Richa, ao Projeto de Lei n.º 39/83, que a exemplo do Rio Grande do Sul, o Paraná deu um demonstração de soberania, quando esta Casa, por unanimidade, aprovou um dos projetos mais importantes, para resolver definitivamente esse problema e não colocando apenas nas costas do agricultor, a responsabilidade pelos problemas existentes, mas também, colocando a responsabilidade às empresas que produzem esse produto, na grande maioria multinacionais, e que, ao arrepio da lei, colocam produtos neste Estado, que nos seus países de origem, inclusive, são proibidos por conterem produtos cancerígenos, produtos que fazem com efetiva comprovação científica mal à saúde.

Portanto, nobre deputado Orlando Pessuti, eu entendo que este tema que vossa excelência abordou hoje, além de ser um tema fundamental e que vossa excelência

conhece, porque trabalha na área, nós aproveitamos este momento para dizer que estamos aguardando com expectativa é já sabemos que está sob análise da Secretaria da Agricultura o projeto de lei para que venha à sanção governamental e possamos então colocar de uma vez por todas uma lei que regule a matéria e que venha atender os interesses, não só do povo do Paraná, mas aos interesses de toda a ecologia, da fauna e da flora que estão aí a esperar medidas mais urgentes para o processo.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu agradeço o aparte que nos foi oferecido pelo senhor deputado Paulo Furiatti e só a título de contribuição e esclarecimento devo dizer que também chegou ao nosso conhecimento, que o Estado de Mato Grosso do Sul, já foi aprovado naquela Casa de Leis, Projeto semelhante àquele por nós apresentado em companhia de vossa excelência e outros deputados já foi aprovado e se encontra sob a sanção do Governo do Estado de Mato Grosso.

Portanto, senhor presidente, senhores deputados, eram essas algumas das colocações que nós gostaríamos de fazer, na tarde de hoje, no que diz respeito ao uso e utilização de agrotóxicos no Estado do Paraná e nós pela vivência que temos no meio rural, sabemos que a cada dia, a cada instante, é mais um paranaense que morre, segundo informações pelo menos um por dia, morre na América Latina, vitimado pela intoxicação produzida por agrotóxico.

Neste sentido, achamos por demais necessário a brevidade do senhor governador do Estado em sancionar aquele projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa, no sentido de que possamos, já no início de 1984, iniciar um trabalho mais sério, mais produtivo, mais salutar, em defesa não só dos nossos agricultores, mas de todos os paranaenses que se encontram sob a mira do agrotóxico, o veneno que nos mata.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua a hora das lideranças. A Mesa consulta à liderança do PMDB se fará uso do restante do tempo que lhe é concedido.

O SR. NILSO SQUAREZI - Declino, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar do senhor deputado Rubens Bueno, contante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senho-

res deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 247/83, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n.º 167/83) que objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder garantias ou contra garantias em operações de créditos internos ou externos, a serem realizadas pela Campanha Paranaense de Energia COPEL, nos limites e condições que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por maioria. Em votação.

**PROJETO DE LEI N.º 247/83.**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a prestar garantia ou contragarantia, representadas por fiança e vinculação de quotas do Imposto Único Sobre Energia Elétrica, até o montante em cruzeiros equivalente a US\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América) à taxa de câmbio da data da contratação efetiva dos recursos.

Parágrafo Único. A garantia ou contragarantia de que trata este Artigo destina-se a assegurar os recursos financiados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial) e repassados à Companhia Paranaense de Energia - COPEL pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, destinados ao Programa de Eletrificação Rural do Estado.

Art. 2.º Fica também o Poder Executivo autorizado a conceder fiança, aval ou outras garantias e contragarantias a operações de empréstimos e financiamentos internos e externos da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, destinados ao cumprimento de seu programa de investimentos contido nos orçamentos anuais e plurianuais aprovados pelo Legislativo, até o montante em cruzeiros equivalente a US\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de dólares dos Estados Unidos da América) à taxa de câmbio da data da concentração efetiva dos recursos.

Parágrafo Único. A execução do disposto neste Artigo poderá efetivar-se em uma ou mais operações, em qualquer data, e com uma ou mais entidades financeiras.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO.

Comissão de Constituição e Justiça  
PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 247/83

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n.º 167/83, pretende conceder autorização ao Poder Executivo para que o mesmo possa prestar garantia ou contragarantia através de fiança e vinculação de quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica, até o montante em cruzeiros equivalente a US\$ 110.000.000,00

(cento e dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), considerando a taxa de câmbio da data da contratação efetiva dos recursos.

Tal garantia ou contragarantia, destina-se a assegurar financiamento do BIRD, que devem ser repassados à COPEL pela ELETROBRÁS, e são destinados ao Programa de Eletrificação Rural do Estado.

No que cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça manifestar, verificamos que a iniciativa da matéria é de competência do Chefe do Poder Executivo e não há nada que obste a sua tramitação, seja no aspecto constitucional, quanto no aspecto legal.

Portanto, opinamos favoravelmente ao Projeto de Lei e somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02/12/83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente  
CAÍTO QUINTANA - Relator.

**COMISSÃO E FINANÇAS**

Parecer ao Projeto de Lei n.º 247/83.

O Projeto de Lei 247/83 tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a conceder garantias em operações de créditos internos ou externos, a serem realizados pela COPEL, nos limites e condições que especifica.

Analisando o aspecto legal e constitucional, houve o parecer favorável da d.ª Comissão e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que, a detalhada exposição de motivos que acompanha a Mensagem 167/83, bem esclarece a oportunidade de tal medida, estando portanto em condições de receber a aprovação desta Casa.

Com isso nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08/12/83.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente  
ANTÔNIO ANNIBELLI - Relator.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem)  
Requeiro chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa vai proceder a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem)  
Atendendo o apelo da Liderança do nosso Partido, eu declino do pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está retirada.

Em votação o Projeto de Lei 247/83. Encerrada a discussão. Em votação. Aprovado).

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - (Pela Ordem)  
Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa vai proceder a verificação de votação.

Senhores deputados que aprovam Projeto de Lei 247/83, queiram levantar-se; senho-

res deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

19 senhores deputados aprovam; nenhum rejeita. Não há quorum para votação. Prossegue-se a sessão.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 251/83, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n.º 164/83) que altera dispositivos pertinentes à Taxa Judiciária, a que se refere o Decreto Estadual n.º 962, de 23/04/83, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. por unanimidade e da C.F., por maioria. Encerrada a discussão.

#### PROJETO DE LEI N.º 251/83.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º A taxa Judiciária a que se refere o Decreto Estadual n.º 962, de 23 de abril de 1932, cuja arrecadação será destinada ao Fundo Penitenciário, criado pela Lei n.º 4.955, de 13 de novembro de 1964, passa a ser calculada e cobrada mediante a aplicação da seguinte tabela progressiva:

BASE DE CÁLCULO

ALÍQUOTAS

(valor da causa)

I- sobre os primeiros Cr\$500.000,00 Taxa mínima

II- de Cr\$500.001,00 a Cr\$1.000.000,00 mais 0,40%

III- de Cr\$1.000.001,00 a Cr\$5.000.000,00 mais 0,20%

IV- acima de Cr\$5.000.000,00.....Taxa Máxima

Parágrafo único. As taxas mínimas e máxima de que trata este artigo, terão os valores correspondentes a 3% (três por cento) e 60% (sessenta por cento) respectivamente, do valor da Unidade-Fiscal do Paraná.

Art. 2.º Quando se tratar de feito de valor inestimável, a taxa judiciária será colhida no valor mínimo, devendo proceder ao recolhimento da eventual diferença da taxa, no caso de modificação, identificação, ou arbitramento do valor da causa.

Art. 3.º Até que seja baixado ato do Poder Executivo disciplinado a arrecadação da Taxa Judiciária, ficam mantidas as atuais formas de recolhimento, revogando-se quaisquer isenções, salvo aquelas previstas em lei federal.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo eficácia a partir de 1.º de janeiro de 1984, ficando revogadas a Lei 7.426, de 29 de dezembro de 1980 e as demais disposições em contrário.

Comissão de Constituição e Justiça  
PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 251/83

O presente Plano de Lei tem sua origem na Mensagem Governamental n.º 164/83 e visa alterar dispositivos referentes à Taxa Judiciária, a que se refere o Decreto Estadual n.º 962 de 23 de abril de 1932.

Segundo se depreende dos termos da Justificativa, trata-se de medida que con-

sulta aos elevados interesses da Administração e, ao propor a adequação da Taxa Judiciária a uma tabela progressiva, "mais condizente com a realidade sócio-econômica e conseqüentemente mais justa", torna-se mais equitativa a respectiva cobrança.

Formalmente, encontra-se o processo imune de vícios e omissões, conformando-se perfeitamente com os ditames constitucionais pertinentes à competência de iniciativa.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO DO Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02/12/83.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente e Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 251/83.

A proposição em exame tem sua origem em Mensagem do Poder Executivo que objetivava introduzir alterações a dispositivos pertinentes à Taxa Judiciária.

Efetivamente, a justificativa convence de oportunidade e justeza da medida, cujo elevado alcance sócio-econômico explicita.

O processo já foi objeto de estudos por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça que conclui pela inexistência de máculas constitucionais, tendo emitido parecer favorável à aprovação da matéria.

Com efeito, no âmbito de competência desta Comissão de Finanças, nada há que possa impedir a normal tramitação do Projeto pelos demais órgãos da Casa.

Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 08/12/83.

(a) HOMERO OGUIDO - Presidente e Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 252/83, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n.º 166/83) que objetiva estabelecer limites autorizados para contratação de empréstimos pela Administração Direta, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F., por maioria. Encerrada a discussão.

#### PROJETO DE LEI N.º 252/83.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimo ou obter financiamentos externos em moeda estrangeira, até o equivalente em moeda nacional, a US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte) de forma a complementar os recursos necessários para fazer face as despesas com a execução da programação contida no orçamento plurianual de investimentos 1984/1986.

Parágrafo Único. A execução do disposto neste artigo poderá efetivar-se em uma ou mais operações e com uma ou mais enti-

Art.2.º O Poder Executivo fica autorizado, também, a contratar operações de crédito interna, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da administração indireta do Estado, até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e obedecidas as respectivas regulamentações de forma a atender a despesas de capital programadas em atividades e projetos contidos nos orçamentos anuais e plurianuais.

Parágrafo Único. Para efetivação das garantias previstas neste artigo, poderá o Poder Executivo vincular as quotas partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto nos artigos 25 e 26 da Constituição Federal, observadas as suas vinculações.

Art.3.º O Poder Executivo incluirá no orçamento anual, por intermédio de projetos específicos, suficientes dotações orçamentárias para as amortizações a serem procedidas no exercício, bem como para os juros e demais encargos da dívida que vier a se contratada na forma desta Lei.

Art.4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Poder Executivo.

Comissão de Constituição e Justiça  
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 252/83

O projeto de Lei em pauta, originário da Mensagem Governamental n.º 166/83, autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimo ou obter financiamentos externos em moeda estrangeira, até o equivalente em moeda nacional, a US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte) de forma complementar os recursos necessários para fazer face a despesas com a execução da programação contida no orçamento plurianual de investimentos 1984/1986. Tais empréstimos ou financiamentos poderão afetar-se em uma ou mais operações e com uma ou mais entidades financeiras.

Pretende, também, o referido Projeto de Lei, autorizar o Poder Executivo a contratar operações de crédito interna, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da administração indireta do Estado, obedecidos os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e as respectivas regulamentações.

A iniciativa da matéria é de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo e atende aos requisitos legais e constitucionais, nada havendo que impeça a sua tramitação.

Neste sentido, somos favoráveis ao mesmo e nos manifestos pela sua aprovação.

Curitiba, terça, em 13/12/83

Sala das Comissões, em 07/12/83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente;  
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO - Relator.

Comissão de Finanças  
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 252/83.

O projeto de lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental 166/83, tem como finalidade o estabelecimento de limites autorizados para contratações de empréstimos pela Administração Direta do Estado.

Nos termos da justificativa que acompanha a Mensagem, os valores fixados tem como objetivo, assegurar, no próximo exercício, o levantamento de recursos destinados à execução de programação setorial e dar início a novas negociações que permitam a obtenção de recursos para o exercício de 1985, tudo de acordo com os programas e projetos previstos pelo orçamento anual e plurianual do Estado.

A matéria, além da autorização que ora se pretende dar, depende da auência do Senado da República, nos termos do que estabelece o Art.42, inciso IV, da Constituição Federal.

Tratando-se assunto, cuja iniciativa é exclusivamente do Poder Executivo, mas que deve ser apreciada e aprovada por esta Casa de Leis e tendo em vista a convincente argumentação que a acompanha, não vemos como se lhe negar a aprovação.

Nosso parecer, portanto, é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 08/12/83.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente

DIRCEU MANFRINATO - Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Justiça, encarecendo o fornecimento do relatório dos prejuízos havidos na Prisão Central do Estado e no Presídio do Ahú, por ocasião da rebelião dos detentos. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do senhor deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à senhora professora Lilian Anna Wachowicz, por intermédio da Secretaria de Educação, encarecendo a doação de móveis para se desenvolver atividades dentro da FETAP - Fundação de Ensino Técnico de Apucarana. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do senhor deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo estudos com vistas a estender das 9:00 às 17:00 horas o horário de expediente externo daquele estabelecimento oficial de crédito, sem prejuízo na jornada normal de trabalho dos funcionários. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do senhor de-



putado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de pedido de informações ao senhor governador do Estado, em como consiste o plano de ajuda do Governo do Estado, a municípios catarinenses administrados por prefeitos do PMDB. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do senhor deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 13.º aniversário da COOPAVEL - Cooperativa Agro Pecuária Cascavel Ltda. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Administração, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na recuperação de diversos prédios públicos localizados no município de Campo Mourão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à senhora diretora superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria de Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a aquisição de um Micro-ônibus para o município de Fênix. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a construção de uma quadra de esportes na localidade de Santa Bárbara do Ivaí, no município de Ivaiporã. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Cultura e Esporte, visando a construção de quadra de esportes no distrito de Arapuã, no município de Ivaiporã. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Cultura e Esporte, visando a construção de uma quadra de esportes no distrito de Romeópolis, no município de Ivaiporã. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Cultura e Esporte, encarecendo a construção de uma quadra de esportes no distrito de Alto Porã, no município de Ivaiporã. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário do Interior, para que o mesmo determine junto à COPEL para que seja processada a instalação de luz no Parque Residencial Morumbi III, no municí-

plo de Foz do Iguaçu. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário do Estado, encarecendo estudos que viabilidade regularizar a situação funcional de jornalistas ocupantes de cargos nos quadros da Administração Pública. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos senhores ministros presidente do Supremo Tribunal Federal e demais ministros daquela corte, encarecendo que submetam a julgamento ainda este ano, o recurso ordinário oriundo deste Estado, impetrado em favor de Juvêncio Mazarollo. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos senhores prefeito municipal e presidente da Câmara de Vereadores pela passagem do 22.º aniversário de emancipação político-administrativa do município de Corbélia. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de pedido de informações à senhora secretária da Educação, quanto a propostas de reestruturação da Escola de Música e Belas Artes do Paraná e da Faculdade de Educação Musical do Paraná. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário do Interior, para que o mesmo determine à SANEPAR, a extensão da rede de distribuição de água ao aeroporto "Águia Branca", localizado no município de Manoel Ribas. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 254/83, que trata do aumento do funcionalismo público do Estado do Paraná. Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 14 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM  
1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 247, 251, 252/83.

Levanta-se a sessão.